

A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados¹

Benedita Maria Gomes Esteves

Doutora em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura pela UFRRJ (1998)
 Professora Adjunta do Departamento de História da UFAC
 Pesquisadora do Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH) e do Setor de Mudanças Globais e Uso da Terra (SETEM/PZ)
 Endereço: BR-364, km 4, Distrito Industrial, *Campus* da Universidade Federal do Acre, 69.915-900, Caixa Postal: 500 – Rio Branco, Acre, Brasil
 Telefone: (68) 39012581, Ramal: 2634; Fax: (68) 32292647
 E-mail: benedita_esteves@uol.com.br

Resumo

A pesquisa privilegiou o estudo das trajetórias de famílias seringueiras, numa área da Amazônia Sul-Occidental – Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). Os dados obtidos, em quatro anos de pesquisa, revelam os desdobramentos da delimitação dos espaços agrários no Acre, a partir da criação dos assentamentos extrativistas. Dentre estes, o processo de diferenciação social, política e econômica. Refiro-me a diferentes posições que ocupam os trabalhadores seringueiros: os que vivem nas Reservas Extrativistas, na floresta Pandina (vivendo subterraneamente) e os que estão nas periferias das cidades. Tal processo é percebido num contexto de fortalecimento e fragmentação da comunidade seringueira, onde lideranças e técnicos envolvidos não perceberam ou aceitaram as “di-visões”, sobrepondo outra delimitação física ao território nacional, quando da demarcação das áreas de preservação.

Palavras-chave: seringueiros, migração, culturas apartadas.

Resumen

La jerarquización de los espacios agrarios en la Amazonía Sur-Occidental: los asentados en áreas de preservación y los no asentados

La investigación privilegió el estudio de las trayectorias de familias que extraen látex, en un área de la Amazonía Sur-Occidental – Acre (Brasil) y Pando (Bolivia). Los datos obtenidos, en cuatro años de estudio, revelan los desdoblamientos de la delimitación de los espacios agrarios en Acre, a partir de la creación de los asentamientos extractivistas. Entre ellos, el proceso de diferenciación social, política y económica. Me refiero a diferentes posiciones que ocupan los trabajadores del látex: los que viven en las Reservas Extractivistas, en la floresta Pandina (viviendo subterráneamente) y los que están en las periferias de las ciudades. Tal proceso es percibido en un contexto de fortalecimiento y fragmentación de la comunidad que vive de la extracción del látex, en el cual líderes y técnicos involucrados no percibieron o aceptaron las “divisiones”, adicionando otra delimitación física al territorio nacional, en el momento de la demarcación de las áreas de preservación.

Palabras clave: *seringueiros* (personas que viven de la extracción del látex), migración, culturas apartadas.

¹ O projeto foi apoiado financeiramente pela Fundação Ford – Programa PROREDES/UFAC, CNPq/PIBC, Secretaria de Floresta e Extrativismo do Acre (2001), SETEM/PZ (Programa LBA).

Abstract

Hierarchization of the agrarian spaces in South-West Amazon: settlements in preservation areas and the landless

The research has privileged the study of rubber families trajectories, on such an Amozônia Sul Ocidental area-Acre (Brazil), and Pando (Bolivia). The obtained datum at 4 research years, revealed the development of agrary space delimitation at Acre, from creation of extrativists settlements. Between these, the social differentiation process, politic and economic. I mean, the different positions which occupy the rubbers workers: the same whose live in Extrativists Reserves, in Pandina forest (living underground) and the same whose are at cities peripherys. Such process is realized in such a strengthened context and rubber community fragmentation, where liderances and envolved technicals have not realized or have accepted the “division”, putting on top of another fisical delimitation to nacional territory, when about preservation areas demarcations.

Key-words: rubbers, migration, apartheid cultures.

Apresentação

Este trabalho é um dos resultados das pesquisas sobre trajetórias de trabalhadores migrantes, numa área da Amazônia Sul-Ocidental – especificamente, na região de fronteira entre Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). A reflexão procura trazer elementos para o entendimento do que significou o processo de transformação social, corrido nos últimos anos, a partir da fragmentação de uma comunidade de trabalhadores extratores do látex que antes mesmo da anexação do Acre², ao território nacional, ocuparam a floresta e tornaram-se seringueiros. As rupturas mais drásticas, dessa sociedade, ocorreram com a chegada da frente pecuarista, nos anos de 1970/1980. Tal espaço, se antes compartilhado pelos saberes que se intercruzavam entre o trabalho de extração e a convivência na floresta, torna-se, a partir de então, diferenciado pelos novos interesses que se manifestam no desuso da floresta e uso do solo. Pecuaristas e trabalhadores do látex, majoritariamente, organizam-se em torno das disputas pela terra.

Disputas que resultaram na redefinição de espaços. Entretanto, o que aparece aos nossos olhos (de pesquisadores), pela bravura que impressionou parte dos habitantes do planeta, são os detentores de um projeto alternativo, antes posicionados como “páreas” na história escrita sobre a sociedade da borracha, os seringueiros. Os “novos” protagonistas aliados às forças locais, nacionais e internacionais, transcreveram uma modalidade de assentamento diferenciada, das já existentes na Amazônia brasileira, as Reservas Extrativistas e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas.

A desestruturação desse modo de vida teve conseqüências que perduram até os dias atuais, não somente na mudança da paisagem espacial, mas, sobretudo cultural. O que aconteceu com os trabalhadores expropriados nesse processo, seja para as periferias das cidades, seja para a faixa de 50 km dos limites territoriais entre a “fronteira” do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), não pode ser descontextualizado. O entendimento do que ocorreu, no interior dessas áreas de assentamentos, não pode ser analisado somente, a partir da

² A anexação do Acre ao território nacional data de 1903. Tal processo envolveu batalhas sangrentas entre bolivianos e brasileiros, além de heróis e mártires. Dentre estes se destaca o gaúcho Plácido de Castro, conhecido como o herói da Revolução Acreana. Considero estes acontecimentos uma ruptura política na formação da sociedade da borracha, pelos princípios de constituição da nacionalidade exigidos na criação do território do Acre. Entretanto, economicamente, os interesses foram mantidos e a floresta amazônica manteve-se integrada. A este respeito consultar: ESTEVES, Benedita Maria Gomes. “Trajetórias de Famílias Subterrâneas na Fronteira do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia)”. In: Projeto História. São Paulo, Educ. N. 27, dez.2003, pp. 107-122.

conquista da posição dos assentados-vitoriosos – os “guardiões da floresta”³. Com esse recorte localizado se evidencia, apenas uma visão reduzida, pois construída pela linearidade delimitada pelas formas de representações criadas na correlação de forças em disputas e, conseqüente criação da legitimidade desses trabalhadores. Um olhar que se surpreenda com o campo político⁴ formado ao longo desses anos, faz-se necessário para o entendimento do que significa ser assentado, em áreas de preservação ambiental, no Acre.

Essa reflexão traz o olhar do pesquisador que viveu e, também se deslumbrou com um cenário, quase mitológico, das novas conquistas. Longe do afã dos acontecimentos espetaculares que marcaram o “fim de uma epopéia”, ainda considerada para muitos pesquisadores, políticos e lideranças seringueiras, procuro através do confronto das posições, o entendimento do que significa os desdobramentos, as continuidades e as descontinuidades dos acontecimentos que caracterizam as conquistas desses trabalhadores diante dos outros – dos não assentados.

Olhando para o chão onde se pisa.

O estudo sobre as trajetórias de famílias seringueiras, nos seringais da Amazônia acreana e pandina, colocou-me vários desafios, dentre estes, o metodológico. Como proceder para apreender “realidades invisíveis ou inexistentes num confronto direto com realidades visíveis?” Como tratar de “realidades” negadas, tanto pelas autoridades brasileiras como bolivianas, uma vez que as famílias migrantes não são reconhecidas economicamente e nem politicamente por ambas?

Tais questões poderiam ser respondidas, com o auxílio das análises que permeiam os estudos sobre exclusão social, considerando a expropriação do trabalhador rural, a partir da penetração da frente agropecuária no Acre. Estudos que muito têm contribuído, mas não explicam as formas de manifestações de sobrevivência, as quais essas famílias se mantiveram e se mantêm, da mesma forma que não explicam os espaços criados para viverem “clandestinamente” dentro da floresta amazônica, em terras que não lhes pertencem. O entendimento de quem são esses migrantes está próximo do que Bourdieu⁵ explicitou ao escrever a introdução do livro intitulado “A Imigração”, de autoria de Sayad⁶,

[...] o imigrante é atopus, sem lugar, deslocado, inclassificável, nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social.

Os espaços recriados, historicamente, correspondem, não somente ao processo de fragmentação dessa comunidade, mas a diferenciação social, política e econômica em curso, no mesmo espaço amazônico ou mesmo ecossistema. Refiro-me as diferentes posições que, atualmente, ocupam os trabalhadores seringueiros: os que vivem nas Reservas Extrativistas (áreas de preservação ambiental) e os que estão no “limite de fronteiras”⁶, nas periferias das cidades e, particularmente, na floresta de Pando. As

³ Categoria definida no processo de construção da identidade política dos seringueiros, quando da luta pela terra, no confronto com os pecuaristas. Consultar: ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Rio de Janeiro, 1999. Do Manso ao Guardião da Floresta. Um estudo sobre mudança social, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA

⁴ O entendimento de “campo político” segue a orientação de Bourdieu, cuja construção ocorre, no sentido da luta política, no confronto da concorrência pelo poder e pela representação. BOURDIEU, Pierre. “A representação política”. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil S.A. 1989. pp. 179.

⁵ Cf. BOURDIEU, Pierre. Prefácio a SAYAD, A. A Imigração, op.cit. p. 11.

⁶ “limite de fronteiras” não significa a fronteira geopolítica, ou delimitações físicas. Mas limites da fronteira do humano, onde espaço e tempo de reproduzem apenas para dar sustentação ao tempo necessário a sobrevivência.

inquietações manifestam-se diante de realidades díspares, percebidas nas diferenças criadas num contexto de fortalecimento e fragmentação dessa comunidade de trabalho, em que lideranças e técnicos envolvidos não perceberam ou aceitaram as “di-visões”, sobrepondo outra delimitação física do território ao nacional, quando da demarcação oficial das áreas de preservação como um diferenciador.

Ter acesso à floresta com os direitos reconhecidos, bem como a criação de instrumentos legais como Plano de Uso que institui às normas e posturas para as famílias assentadas nas áreas de preservação, significa a criação de uma linguagem diferente e a demarcação de um território com entrada e saída controladas jurídica e socialmente – um enquadramento próprio da nova posição de “guardião da floresta”.

O esforço de sistematização deste estudo considera tanto o processo de redefinição dos espaços agrários, quanto suas distinções, não tanto pela “di-visão” geopolítica como espaço físico, definido pela exterioridade mútua das partes, mas pelo espaço social definido na exclusão mútua das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais.

Nesse sentido, o entendimento do processo migratório, dos não assentados, pode ser percebido como “efeitos de lugares”, pois o que acontece entre os 50 quilômetros da área de fronteira entre Brasil e Bolívia encontra seus princípios definidos em outros espaços. Percebi a retradução, no espaço físico, da estrutura do espaço social que se manifesta nos diferentes contextos, sob forma de oposições espaciais, hierarquizadas, num indicativo dos múltiplos sentidos que a fronteira adquire⁷.

Os princípios da “di-visão”: o encontro entre assentados e não assentados

A reunião na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília⁸ (STR) ocorreu entre os dias 12 e 14 de outubro de 2002. Os dirigentes esperavam cerca de 50 pessoas – uma vez que a divulgação da reunião foi informal, feita de “boca em boca” – interessadas em discutir a situação dos “brasivianos”: resolver o impasse criado por cinco famílias brasileiras que foram expulsas dos seringais da Bolívia e que estavam acampadas no STR.

No entanto, 120 pessoas⁹ compareceram. Os participantes ficaram divididos entre os “convidados” e a diretoria do sindicato. A presença de técnicos do governo se confunde com a dos membros do STR. O governo estadual estava representado por um ex-dirigente do sindicato, responsável pela Secretaria Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEATER-AC). Os porta-vozes do governo federal eram os responsáveis e os técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente/Centro Nacional de Populações Tradicionais (IBAMA/CNPT). O representante do prefeito da cidade, por sua vez, era um ex-agricultor.

⁷ Op. Cit. p. 02 e 110.

⁸ Aqui, vale uma ressalva: este foi o único sindicato que, num período de oito anos, de uma forma ou de outra, colocou em discussão a situação dos “brasivianos” (denominação atribuída aos brasileiros pelas lideranças sindicais). Acredito que foi Osmarino Amâncio, quando presidente deste Sindicato em 1990, quem primeiro denunciou as condições de trabalho sob regime de escravidão da dívida nos seringais. O mesmo sindicalista, quando assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados, em 1991, criou uma Comissão Parlamentar para “apurar a situação desses brasivianos”. Os levantamentos e pareceres foram arquivados e nada se divulgou. Nos anos de candidatura deste sindicalista (1987, 1990 e 2000) uma das “bandeiras de luta” era resolver a situação dos “brasivianos”, através da Reforma Agrária. No III Encontro Nacional de Seringueiros (1991), por influência do mesmo, havia uma pequena comissão de “brasivianos” sem direito a voto e que passou despercebida durante os três dias de Congresso.

⁹ Apesar de registrar esse número e acompanhar todos os grupos presentes, neste artigo, limito-me ao entendimento da preocupação principal do STR, a situação incomoda dos “brasivianos”. Num outro trabalho que se encontra em fase de revisão, desenvolvo a relação dos assentados com outras categorias de trabalhadores, inclusive dos seringueiros que estão vivendo nas periferias das cidades. “Trajetórias e Identidades: A fragmentação de uma comunidade da floresta – um estudo de caso sobre os seringueiros da Amazônia Sul-Ocidental”.

Os participantes distribuíram-se, nas salas do Sindicato, em forma de círculos (o que facilitava à pesquisadora observar as diferenças nas posturas, nos gestos, nas expressões e nas falas). Dessa maneira, ficavam os “convidados” de um lado e os assentados e técnicos da Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX – área de Brasília) de outro. Os convidados falavam obedecendo à ordem do círculo ou quando indagados.

O pronunciamento dos técnicos e das lideranças, assim como os seus respectivos gestos, se confundiam e se complementavam – sobretudo no que se referia ao uso dos recursos naturais, um diferenciador na trajetória desses seringueiros. Diferenciador que mostra uma forma de inserção dessa categoria – os assentados – a partir da conquista da RESEX enquanto dimensão econômica, política e social. Diferenciação também fundada na discriminação e na negação do outro incorporadas ao princípio de sustentabilidade. Princípio que legitima a presença de técnicos e das lideranças e se impõe, através do discurso, sobre as regras de uso e controle dos recursos naturais estabelecidas no Plano de Uso da Reserva, institucionalizado pelo IBAMA/CNPT através da portaria n.º 28-N, de 18 de abril de 1995.

A abertura da reunião seguiu as práticas adotadas em outras reuniões: fala o presidente, seguido de outros representantes – sobretudo dos governos e os técnicos –; em seguida falam os convidados. As primeiras falas são importantes porque, geralmente, se modificam com as argumentações no decorrer das reuniões.

Os “convidados” já se manifestam sob o “enfrentamento”, pois suas falas estão na seqüência às dos anfitriões, sob seus “controles”, inclusive de tempo. O discurso inicial dos dirigentes versava sobre “à vontade de resolver os problemas dos ‘companheiros’ que vivem nos seringais da Bolívia”, mas estes “não sabem como fazê-lo” – uma vez que não sabem precisamente quantos e onde estão os “brasileiros que vivem na Bolívia”.

Além da imprecisão dos números, os dirigentes argumentavam também que, para solucionar tal questão, era preciso uma ação de governo visando providenciar uma ou várias áreas de terra para assentar “os brasileiros que vivem na Bolívia”. Os “brasivianos ou brasilianos” argumentou um ex-dirigente, hoje representante do governo do Estado, “não têm culpa de morar na Bolívia”, mas para “alguns encaminhamentos ou providências” seriam necessárias informações exatas sobre o destino e o total de pessoas¹⁰.

Os discursos dos líderes e dos técnicos eram complementares. Explicavam insistentemente que a Reserva seguia as normas estabelecidas pelo Plano de Uso – que, segundo eles, estas normas haviam sido discutidas à exaustão entre os moradores antes de serem aprovadas. Ressaltavam que a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Brasília (AMOREB) era responsável pela administração do Plano, e que, para assentar um novo morador, seria necessária, dependendo da área, a aprovação de cada comunidade. A vantagem, caso alguém desejasse ser assentado com aprovação das respectivas comunidades, é a possibilidade de negociar com o governo o crédito para abertura de ramais e compra de animais.

Esses discursos, legitimadores de uma ordem, foram transmitidos como um monólogo: sem interrupções, sob os olhos atentos dos convidados que acompanhavam os gestos. Sem perceber os constrangimentos, dirigentes e técnicos continuaram explicando: o Plano de Uso prevê que somente podem ser desmatadas 2% de cada colocação. O que, segundo os líderes, constitui um problema: os “trabalhadores que vivem fora da RESEX”,

¹⁰ Sei que estas informações interessam sobretudo aos geógrafos e aos estatísticos que trabalham com populações. Seguramente, o último senso boliviano de 2000 deve ter uma aproximação destes números, que não foram divulgados até o momento. Entretanto, um levantamento feito “in loco” por uma equipe de religiosos vinculados à Pastoral do Imigrante de Cobija e à Igreja de Rio Branco-AC em 1990 – com a participação de leigos, dentre os quais me incluo, que percorreram, durante 20 dias, uma área delimitada de 50 km entre os rios Caramano, Chipamano, Tauamano, Abuna, Orion, estradas (carretas) que entrecruzam ramais por dentro da floresta ligando estes à estrada principal até Cobija e Cotiabamba –, estimou um total de 7000 famílias, sendo que, em média, o número de filhos era de seis por família. Nesse período, o movimento migratório de volta ao Brasil e ao interior da floresta Pandina estava começando, e muita madeira estava sendo retirada.

não entendem que essa lei “serve para preservar e garantir o futuro dos seus filhos e netos”, pois “desmatam em exagero, qualquer tamanho”.

Após apresentarem o conteúdo das proibições, que pode ser traduzido em negação, os dirigentes e técnicos ressaltaram as vantagens e as conquistas de se viver na RESEX, tais como: crédito para custeio, que cobre as despesas com reabertura das estradas de seringa que ainda não foram exploradas, com a aquisição de animais, com os equipamentos etc. Ressaltaram, ainda, o apoio prestado pelo governo atual, que está incentivando a produção de borracha com o oferecimento do subsídio de R\$ 0,40 (quarenta centavos de real). Segundo os dirigentes e os técnicos, a produção aumentou e ninguém deseja desmatar para agricultura, tendência contrária aos anos anteriores, quando muitos pararam de cortar seringa para cultivar, basicamente, produtos como arroz, feijão, milho e mandioca.

Por fim, explicitaram um outro “temor” relacionado, também, a sustentabilidade da RESEX, que poderia se agravar caso “outros trabalhadores” fossem assentados: as famílias subdividirem suas colocações com os filhos adultos, que se casam. Assim, por exemplo, uma colocação, com quatro estradas de seringa, é reduzida a duas e cada família que vai se constituindo desmata 2%, já que necessita do roçado e de um pequeno pasto para a garantia de sua alimentação.

A concentração de famílias nas áreas próximas às estradas e ramais foi um outro problema que os dirigentes e os técnicos registraram. Muitas dessas colocações já perderam suas características, e os seringueiros estão se transformando em pequenos pecuaristas e agricultores. Em função disso, as colocações desocupadas ficam muito longe – algumas com até três dias de viagem para Brasília.

Todas essas arguições foram contempladas pela maioria. Apenas duas famílias, que estavam acampadas, aceitaram conhecer a comunidade de uma área que ficava a dois dias de distância da cidade de Brasília.

O silêncio dos “convidados” era constrangedor. Um dos técnicos presentes sugeriu a constituição de uma equipe – ou comissão –, com ampla participação de políticos e representantes para realizar um levantamento “da real situação desses “brasilianos” ou “brasivianos”. A partir de então se estabelecería um prazo de três meses para uma próxima reunião, onde esses dados seriam apresentados. Tal encaminhamento passou a nortear quase todos os membros da diretoria do STR e técnicos que concordaram com essa sugestão. Foi nessa reunião que, pela primeira vez em quatro anos de pesquisa, os “convidados” foram chamados por outros trabalhadores seringueiros de “brasivianos” ou “brasilianos”.

Na Bolívia, brasileiros e bolivianos tratam-se por patrícios – o que significa “estrangeiro”. Tal denominação os colocava na condição de inferioridade e de culpa, estranhos (ou filhos pródigos) que estavam desejando o retorno à sua casa. Durante os três dias observei atentamente os gestos, os momentos das falas, e as ausências – sobretudo após o segundo dia, onde percebi o esvaziamento do encontro a partir da retirada de um número significativo de trabalhadores “convidados”. Tal atitude reforçou a visão de alguns técnicos e lideranças, que acreditavam “que estes [trabalhadores] não estavam preparados para viver na Reserva Extrativista, pois não aceitavam o Plano de Uso”.

O silêncio dos “convidados” revelou uma forma de ruptura entre os que estão dentro e fora da RESEX. Silêncio que significou recusa a uma forma de condição imposta pelas relações de poder estabelecidas. Poder que se manifesta na construção da legitimidade dos assentados, detentores de um lugar definido na luta pela terra, nos anos passados, mas não somente, definido também pelo sentimento de pertencimento a um grupo, a um espaço e a uma nação.

Esse episódio, para o pesquisador da história social que trabalha com o tempo, é revelador, como ressalta Martins, da diversidade que existe na caracterização da “fronteira da ocupação humana”¹¹. Mas é revelador, sobretudo, de um processo que teve início com a

¹¹ Segundo Martins, o que existe de mais relevante, sociologicamente, para caracterizar e definir a fronteira no Brasil, é a situação de conflito social. Nesse conflito a fronteira é, essencialmente, o lugar da alteridade, da descoberta do outro e do desencontro. O desencontro é de temporalidades

apropriação da questão ambiental pelo Estado e outras forças dominantes – o saber técnico ou o aparato legalista das relações jurídicas, conforme estudou Albuquerque¹².

Relações que traduzem, também, a forma como os “guardiões da floresta” incorporaram a “ordem” agindo em nome da legislação vigente, mesmo que esta lei propicie impedimentos de novas exclusões e os mantenha sob controle político e administrativo.

Se as falas dos líderes e técnicos, durante a reunião, tiveram o conteúdo de fechamento das possibilidades, as dos “convidados” foram marcadas pelo relato das dificuldades: as ameaças, os altos impostos cobrados na Bolívia, sobre as proibições e a insegurança na qual estavam vivendo.

Discurso reforçado pela identidade nacionalista, pois mesmo diante das pressões e privações estes se orgulhavam de ser brasileiros: a “prova é de que seus filhos são registrados no Brasil, assim como a produção é escoada para o nosso país”. A idéia de nação indica, também, a tentativa de inserção, de igualdade ou pertencimento: é uma das fortes manifestações desse grupo instigada, historicamente, pelo confronto brasileiros *versus* bolivianos. Mesmo que as redes de relações entre as famílias que vivem no Brasil e na Bolívia sejam mantidas, mesmo que a língua seja corriqueira – pois praticamente só existem brasileiros nessas áreas –, é a consciência de estar na Bolívia e o sentimento de rivalidade nacionalista que os mantêm como brasileiros.

O significado do silêncio pôde ser traduzido, no dia seguinte, quando os trabalhadores começaram a se dispersar e voltar para as áreas, sorrateiramente, sem sequer preencher o cadastro, tal como orientado pelo sindicato como forma de localizá-los posteriormente.

Na fala dos convidados, como se assumissem a culpa, os relatos sobre os fatos que justificavam a migração para as áreas de extrativismo são divisores temporais que assinalem as rupturas. Os “convidados” afirmavam, sempre, que não tiveram escolha quando migraram para os seringais da Bolívia.

Talvez o fato da escolha – entre ficar nos seringais brasileiros e resistir à expulsão ou qualquer outra pressão e migrar – fosse o pano de fundo de tudo isso. Não creio. Porém, um dos entrevistados comentou que no tempo dos “empates”¹³ ele não concordava com essa forma de luta – ou que esta pudesse resolver os conflitos – e, por isso, preferiu migrar.

Dessa forma, entendi a posição – associada ao fato de viverem na Bolívia, o país historicamente “inimigo” – dos convidados. Os argumentos para justificar as migrações referem-se: 1) aos acontecimentos violentos ocorridos entre os anos de 1970-80, quando da penetração da frente pecuarista que expulsou milhares de extrativistas de suas colocações, com ameaças de morte, incêndios nas plantações e casas de morada; 2) à desvalorização da borracha, sem preço no mercado nacional e opções locais; 3) às crises do extrativismo da borracha no Brasil, relacionada à produtividade da seringueira, que, devido a superexploração das árvores, foram diminuindo a quantidade de leite produzida, ou mesmo secando; 4) à procura de um bom patrão; 5) à recusa da cidade, que não oferece condições de sobrevivência; 6) ao fato de “não ter mais terra no Brasil”.

históricas, pois cada um desses grupos (índios, camponeses pobres, camponeses bem sucedidos, proprietários, jagunços etc.) está situado diversamente no tempo da História. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 150.

¹² ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. “Natureza, cultura, poder e violência no Vale do Juruá – Acre”. In: *Projeto História*, n.º 23. São Paulo: EDUC, s/d, p. 285.

¹³ Os “empates” foram uma forma de resistência coletiva, organizada pelos trabalhadores seringueiros, durante os anos de 1970 e 1980, quando os conflitos com jagunços, policiais e fazendeiros se aguçaram. Os seringueiros impediam os desmatamentos evitando, assim, a derrubada da floresta e preservando sua unidade de produção.

As formas de representação da vida subterrânea

As formas de representação, na floresta pandina, estão nas diferentes linguagens: da fala, dos corpos e dos gestos. Linguagens que vão se caracterizando pelas trajetórias similares, onde a vida parece se equilibrar pelas interdições e recomeçar pelas rupturas. Interdições que se manifestam na reprodução físicas e biológicas, a cada “des-locamento” imposto. A morte, a fome, o sacrifício, a dificuldade e o sofrimento são categorias que se inscrevem na história de vida dos entrevistados e estão na contraposição da resistência que se reveste de muitas formas: desobediência, manutenção do sonho de ter a terra, vontade de continuar vivendo e na engrenagem da própria migração.

– Cobram a estrangeira somente para vocês usarem a terra, ou algo mais?, [...] cobram por pessoa e pela produção, mas mulher não paga, só homem, mesmo criança. Pois bem, fica difícil, é uma perseguição, que nem agora quando eu fui daqui com esse menino, que é meu filho, Amarildo. Nós conseguimos uma operação [cirurgia na perna quebrada] dele, aqui, no Brasil, no hospital geral, depois de seis meses esperando. Aí, quando foi pra eu levar meu filho de volta [para a colônia na Bolívia], no dia da eleição, tinha muita gente, cadê? Eles barraram e não deixaram ninguém entrar [do lado boliviano, pela alfândega]. Foi aquele paredão de gente lá esperando no sol quente, na maior dificuldade do mundo. Todos eram brasileiros. E aí que veio o prefeito da Epitaciolândia (Município fronteiro ao Acre). O Prefeito foi lá, ele é boliviano. Eu achei uma fraqueza também dos brasileiros votarem num boliviano no Brasil. Achei grande fraqueza... (M. C. 62 anos, acreano, agricultor e seringueiro)

– Como foi que agiu o Prefeito? – O nome dele é... Pois bem, ele foi lá e conseguiu liberar todo mundo. Mas não resolve. Agorinha, pra voltar pra casa, eu estou pensando se tenho condições pra pagar. E eu não tenho. Não tenho com quem arrumar dinheiro pra voltar eu vou ter que ‘furar a mata’. – Furar a mata? – É. Varar a mata pra não passar na corrente, na rodagem, por onde eles tampam [alfândega, onde está o serviço de migração na fronteira de Epitaciolândia e Cobija], pra ver se a gente escapa e chega em casa. E assim fica difícil pra gente por causa disso. É assim que nós passamos de um lado pro outro, porque só entra de volta se pagar. Quer dizer, que a maioria passa assim. Mas eu gosto das coisas no lugar, não quero viver como os fugitivos que aparecem por lá... (José Maria de Jesus, 58 anos, agricultor e seringueiro, baiano)

“Migração e Resistência” poderia ser o título deste item, por serem, ambas características marcantes na trajetória dessas famílias. É possível fazer uma classificação dos tipos de resistências e, assim, entender melhor a trajetória desses migrantes-errantes. Percebe-se uma resistência consciente e inconsciente contra a dominação e opressão dos padrões brasileiros e bolivianos, dos cobradores de impostos bolivianos, dos marreiros. Como no caso da família Dionísio que, mesmo diante das dificuldades e sofrimento da migração, não aceitava ser escravizado ou se submeter a uma excessiva subserviência do patrão.

Constatai um significativo número de trabalhadores seringueiros que reagem radicalmente à interferência do patrão na esfera doméstica, do mesmo modo que se rebelavam contra atitudes que ferissem determinados conceitos morais – como o de duvidar da “palavra dada ou empenhada diante dos compromissos”; colocar em xeque sua autoridade de pai e esposo; questionar a honestidade e fidelidade. Situações narradas por trabalhadores dos seringais bolivianos e brasileiros.

Reações que se traduzem em resistência consciente e inconsciente, como no caso de Marlene Batista. A resistência politicamente consciente é acentuada pelo antagonismo das posições, e constituiu-se em motivação para a migração. Dentre os sentidos da expressão “viver com o saco nas costas”, onde o homem se compara a um animal, está implícita uma forma de recusa não somente da submissão, mas do compromisso moral de

fidelidade ao patrão, que ia desde a exclusividade da compra e venda, da garantia da qualidade do produto, até aos cuidados com a manutenção das árvores seringueiras.

A família Dionísio que vivia deslocando-se de um seringal para outro, esperava sempre encontrar um “bom patrão”: aquele que os reconhece como trabalhadores e os acolhe através das regras do compadrio; que os protege, quando necessário, das doenças além do pagamento do saldo e do socorro prestado nas “horas de dificuldades”; que, sobretudo, “não deixasse de aviá-los com mercadorias” numa relação baseada no dom e contra-dom, tal como estudado em outro trabalho sobre a mudança de posição de seringueiro cativo para liberto, nos seringais do Vale do Acre¹⁴.

Entretanto, a migração como forma de resistência à dominação não significa que o trabalhador estará livre desta, mas que se defrontará com ela sob outro contexto:

[...] a gente fica trocando de seringal. Se não dá num muda pra outro. É assim: você tá num lugar, a colocação não te ajuda, o “leite” é pouco, a produção é pouca, você tem que procurar um que dê mais prá poder se manter com a família. Porque eu digo: você vai trabalhar numa colocação, você vai cortar, aí a produção da semana você vende, daí não dá pra você comprar o mantimento da casa, daí tem de pular pra outro canto... Às vezes “pula” por mal entendimento com os patrão (sic) mesmo. O patrão querer fazer que a pessoa, que a gente faça o produto sem condição (sic). Às vezes não há mercadoria pra nossa necessidade. A condição é do trabalho. Quer vê ? Ó a comparação (sic): O noteiro [pessoa que anota o movimento das mercadorias no barracão do seringal] vai fazer a nota, aí você tem a mercadoria, vai no seringueiro e vê quanto é que dá o valor daquele produto, aí você faz a nota do que você precisa em casa, aí ele vai vê se o produto que você fez dá pra cobrir aquela nota que você fez. Se por acaso aquela nota não deu pra você comprar aquela mercadoria, ele corta a nota e divide na metade. Daí você bota 10 Kg de açúcar, e ele bota 5 Kg. Se você gasta 10 Kg de açúcar não vai passar o mês com 5 Kg. (João Dionísio, 63 anos, acreano, seringueiro).

– [...] passei muita vida difícil, já cansemo (sic) de passar. Andar viajando num caminho alagado (sic). Uma vez, nós ia se alando e dormindo nas praia (sic). Tudo isso: andar dois, três dias de batelão, e hoje em dia me queixo que vivo doente da coluna. Que viajei daqui de Brasília de resguardo duma menina que têm 14 anos, três dias sentada num batelão. Aí, daí pra cá foi essa dor... apareceu essa dor em mim e nunca mais sossegou. E dormindo na praia de resguardo, dormindo com os filhos e tudo aí... e o pessoal, e os donos de barco. E morar em casa velha, a casa caindo, embaixo dela nos cansemos (sic) de dormir também. A vez nós tava (sic) muito bem com o patrão, produzindo muita borracha e entregando, achando que tinha um dinheirinho pra receber, quando pensava que não o patrão não queria mas nós lá; nós tinha que mudar de seringal, e assim que a nossa vida foi um aperreio né? (sic) (Marlene Batista da Silva, acreana, seringueira).

Resistência, também, como sinônimo da esperança de conseguir a terra, onde o que esta em curso é um projeto camponês, tal como expressado pelos entrevistados que se

¹⁴ ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Rio de Janeiro, 1999. *Do Manso ao Guardiã da Floresta. Um estudo sobre mudança social, a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA. Sobre as relações de dominação que envolvem essa forma de troca entre o dom e o contra-dom, consultar: GARCIA JR., Afrânio. "Libertos e sujeitos - Sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste". In Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 7, vol.3, junho de 1988.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de Dominação e Espaço Social*. São Paulo. Marco Zero. MCT/CNPq. 1988. LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo. Marco Zero. MCT/CNPq. 1988. NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em micalhas*. Niterói. EDUFF. 1997.

deslocam alimentados “pela sede de terra”, conforme estudou Tavares¹⁵. A sede faz com que surja o “sonho de terra”. A terra, para essas famílias, é a possibilidade não somente de criar raízes, de fixação; mas, sobretudo, de realização e conquista de direitos futuros, da possibilidade de tornar-se cidadão.

A origem dos nossos entrevistados é significativa: todos são filhos de trabalhadores rurais migrantes. O sonho é transferido, de geração em geração, para os filhos. A fala de Doralina, mãe de seis filhos, é conclusiva, sobretudo quando se refere ao futuro e aos filhos:

– As meninas já estão emancipadas. Estão casadas e os maridos trabalham também, assim, na agricultura. Uns têm um pedaço de terra outros não. Mas elas tão no Brasil. Só tenho mesmo dois rapazes comigo. Mas todos são carentes e também vivem trabalhando pra fazendeiro. Então, eu queria me localizar e localizar os filhos, assim, para ter sossego antes de morrer. (Doralina Napoleão, 60 anos, capixaba, agricultora).

A trajetória de José Maria de Jesus e de sua esposa Doralina Napoleão, na busca pela terra, é também a representação de um universo maior – de quase todos entrevistados, dos acreanos, dos goianos, dos paraenses, dos gaúchos entre outros. Os pais sempre trabalharam em terras de terceiros, tornando-se vulneráveis a ação dos proprietários; e, logo, de permanecer na terra. Condição que os transformam em migrantes indesejados e expropriados de direitos.

Para eles o fazendeiro é um oponente, uma espécie de inimigo que o impede de alcançar a terra para trabalhar. É o agente dominador e causador de tal situação, que obriga os trabalhadores ao deslocamento, à “mendigar” terra no Brasil, no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nos sindicatos, conforme me relatou ao acompanhá-lo em suas inúmeras viagens, ao INCRA.

Viver subterraneamente é manter a esperança de realização do sonho: conseguir a terra. Sonho alimentado tanto pelas constantes buscas como por estar diretamente inserido num contexto onde a questão da terra é definidora de posições. Tal busca, não por ordem de importância, se constitui na resistência mais significativa dessas trajetórias.

Dessa forma, uma das singularidades desta pesquisa não está, necessariamente, em classificar esses migrantes – que, pelas características, não se enquadram nas classificações de Martins como migrante temporário¹⁶ –, mas de tentar, através do estudo das trajetórias, superar leituras sobre migrações com abordagens demográficas, e localizadas sobre migração/imigração. Ou, ainda, sobre o debate já travado, embora não menos importante, em torno da ocupação e esgotamento da fronteira, como espaço predefinido como elementos de um processo diaspórico do trabalhador rural no Brasil.

Procurei trazer as correlações entre os problemas sociais que marcaram historicamente os processos inerentes às condições de partida como migrantes, e conhecer as forças que os impulsionaram e de que forma se estabeleceram nos lugares de chegada. De forma que a provisoriedade, uma das categorias básicas que caracteriza o migrante, estudada por Sayad¹⁷, não se torne esvaziada nela mesma. Afinal, a provisoriedade é

¹⁵ Não me proponho discutir teoricamente sobre o projeto camponês, já tão discutido no Brasil sobretudo por antropólogos e sociólogos. Consultar: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993. No debate clássico sobre campesinato, consultar: CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

¹⁶ MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis. Vozes. 1986. pp.43-62. O autor trata do migrante temporário a partir da separação entre o tempo de produção e o espaço da produção. O migrante temporário de Martins, apesar de algumas semelhanças, difere do meu basicamente pelo fato de sua condição situar-se ora em ser um camponês, ora em ser um assalariado – uma vez que o autor estuda o trabalhador da região de São Paulo, na cultura da cana-de-açúcar.

¹⁷ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1991.

definida nas relações que se estabelecem entre o indivíduo migrante e seu destino ou diferentes contextos sociais.

Neste exercício de reconstrução de contextos históricos percebi alguns limites que se situam, inicialmente, nos próprios entrevistados, que estão como que aprisionados à sua condição de migrante ou mesmo à posição de excluído. Os espaços são reduzidos tanto em relação aos laços de amizade ou construção de grupos e comunidades como no fortalecimento de relações de dominação face a face. A estrutura determinante é a família.

Desse modo, optei por observar homens e mulheres, através das linguagens que expressam suas formas de viver a migração. As famílias entrevistadas estabeleceram a migração como alternativa de sobrevivência na terra. Os relatos identificam a resignação da condição de migrante que resiste à procura da terra, na contraposição ao outro que se mantém na terra: “– Pobre, sabe como é que é, não tem vez”. Ou então “[...] vida de pobre, sabe como é engraçada, põe o saco nas costas e vai pra’ um canto. Se o vizinho não gostar vai pro outro [...]”.

Tais expressões traduzem experiências que, antes de serem sistematizadas neste trabalho, foram incorporadas pelos entrevistados. Viver com o “saco nas costas” significa a espera de um próximo des-locamento e a reprodução dos mecanismos da migração. Significa também uma auto-representação de si, desqualificada, pois a expressão é utilizada comumente para animais de carga: são os burros, cavalos ou bois que carregam os sacos nas costas.

Assentamentos Extrativistas: organização e estrutura fundiária

Neste item, desenvolvo algumas considerações sobre a organização do assentamento a partir do reagrupamento familiar em condições de mudanças culturais, onde as estruturas que garantiam a coesão social dessas famílias foram substituídas por outras.

A forma de parentesco aqui estudada define as comunidades que se organizam de acordo com os graus de alianças, que vão desde os interesses em torno dos salários pagos a partir dos projetos de desenvolvimento, aos laços de compadrio. Emerge como uma estrutura capaz de garantir outras formas de organização social do trabalho, lazer e posição social.

Todavia, essa forma de reorganização social está limitada pela distribuição fundiária e normas definidas no Plano de Utilização, que rege sobre os recursos naturais e impõe novas condutas.

O estudo sobre as trajetórias dessas famílias contribui para perceber as diferenças e os conflitos no interior das unidades familiares de produção, bem como sobre as mudanças que ocorrem em sua totalidade. A linguagem política foi uma das principais manifestações das mudanças ocorridas no processo de transformação do seringueiro cativo em liberto (guardião da floresta).

As falas e os discursos vão recriar as novas formas de organização social, engendradas pelas conquistas e redefinição do território, da mesma forma que traduz a reconstrução das relações sociais a partir de uma mudança na divisão do trabalho e das formas de poder reconstituídas. Estes são elementos que favorecem o processo de apropriação dos espaços, a manutenção das posições ocupadas pelas lideranças que constituem o poder local, intensificando a diferenciação social em curso.

Dessa maneira, esse modelo de parentesco substitui a forma de dominação anterior, sobrepõe-se às formas coletivas de organização baseadas nas práticas de unificação de interesses e idealização de formação da comunidade fundada nos mesmos princípios de solidariedade, cuja ética se pautaria pelo respeito aos responsáveis pelas conquistas políticas e os princípios morais definiram o uso da terra e dos recursos naturais.

Essa estrutura se alterou com o apoio externo de diferentes mediações, desde os financiadores de projetos de desenvolvimento aos técnicos de instituições governamentais e não governamentais num processo de redefinição de interlocutores em substituição aos

mediadores políticos que apoiavam as lutas anteriores – os intelectuais engajados politicamente, os padres e bispos e financiadores ambientalistas.

A organização da comunidade era responsabilidade política do delegado de base¹⁸, que agregava, através do trabalho de conscientização, os grupos sociais em torno de interesses comuns, tais como as estratégias de luta pela terra, as definições de ações destinadas à melhoria das condições de vida (como a construção de escolas e de postos de saúde, implantação de plantios dentre outros).

A eleição, ou escolha do delegado foi, gradativamente, sendo definida pelos grupos formados por afinidades de parentescos. Essa forma torna-se a base de sustentação das lideranças, sejam as de representação sindical, as de conselhos ou produtivas, como as cooperativas.

A necessidade de criação de estruturas físicas cresce a partir das reivindicações das comunidades por melhorias das condições de vida, como postos de saúde, escolas, infraestrutura para escoamento da produção etc. Coube ao Estado a implementação não somente das políticas em curso, mas também a definição da modalidade de assentamento e da gestão dessas áreas. Um dos instrumentos em vigor é o Plano de Uso.

No passado recente os conflitos internos foram sufocados em nome das conquistas, das lutas do sindicato e da necessidade do reconhecimento da liderança, concomitante a consolidação de uma nova proposta de desenvolvimento baseada na sustentabilidade da Reserva Extrativista.

Paralelamente, aprofunda-se a divisão entre as práticas políticas e sociais, onde o sindicato não mais influenciou nas decisões e o poder está centralizado entre as famílias que herdaram o legado político das outras lideranças, ou souberam se apropriar da história. Dessa forma, a memória coletiva é aqui apropriada e reatualizada, como uma força quase mística, pelas práticas dessas lideranças, favorecendo a legitimidade diante dos financiadores, dos técnicos, dos organismos nacionais e internacionais.

As lideranças alternam cargos privilegiando as associações, cujas atividades são voltadas para a viabilidade de projetos de desenvolvimento ou para a “formação/qualificação” de trabalhadores, sobretudo os novos trabalhadores da floresta: os paraflorestais.

É o estudo da geração dos jovens acreanos, cuja relação mais intensa é com a cidade e não com a floresta, que vai identificar a ordem dos conflitos a serem administrados. Entretanto, o entendimento desse processo deve considerar a relação entre o seringal e a cidade, e entre o seringal e a nova forma de organização que surge de forma centralizada na contradição entre a liderança e as comunidades.

As lideranças que passaram a viver na cidade, ou que dependem desta para sua funcionalidade, foram, gradativamente, sendo incorporadas pela dinâmica que a cidade impõe, não somente em termos de posturas individuais, mas aderindo aos mecanismos burocráticos. Ocorre uma inversão, onde a colocação ou a floresta passa a ser apenas uma referência pessoal, muito embora sejam as relações em torno do parentesco e do compadrio que legitimem tais lideranças¹⁹.

¹⁸ O “delegado de base” é liderança escolhida na comunidade que integra o sindicato. Esta liderança tem um limite de atuação. Seus trabalhos estão centralizados na sua área ou no local onde mora. Sua responsabilidade é organizar a comunidade: convoca reuniões para discutir os problemas locais, repassa as informações e determinações do sindicato e outras entidades. Nos anos entre 1970 e 1980 todos os delegados de base pertenciam às Comunidades Eclesiais de Base. O treinamento, por eles realizados, para exercer a atividade de monitor era dado nas igrejas dos respectivos municípios. Via de regra, nos treinamentos de monitores havia reservado um espaço para o do sindicato. Sua atividade, aos domingos, era subdividida: fazia as obrigações de monitor, onde discutia a palavra de Deus e, em seguida, discutia as questões relacionadas ao movimento social.

¹⁹ Foi muito interessante acompanhar o processo eleitoral de dois pleitos para a prefeitura dos municípios onde lideranças eram candidatas. A crença dos trabalhadores nessas lideranças torna-se muito forte e o voto assume o lugar das alianças de compadrios para dar legitimidade ao líder. O que não significa dizer que no decorrer do mandato (anterior) o candidato não tenha exercido uma prática

Com o deslocamento do centro das atividades para a cidade, a noção de comunidade foi sendo alterada, da mesma forma que a estrutura fundiária. Se, por um lado, as expulsões de trabalhadores (1970 e 1980), intensificaram a dinâmica da população na faixa de fronteira internacional e provocando a inversão da população de rural para urbana; por outro, no interior dos seringais, favoreceu um processo de reocupados das colocações abandonadas. As famílias conseguiram se aglutinar num mesmo seringal ou em seringais vizinhos. Foi essa reocupação que determinou a mobilização da população e uma outra noção de comunidade.

Entretanto, observa-se que essa tentativa de manter as famílias próximas tem origem anterior e se manifestou nos processos migratórios, quando da vinda de nordestinos, antes ou depois da II Guerra Mundial. Muitos seringueiros migraram do nordeste e de um seringal para outro na tentativa de encontrar um parente. Durante e depois da II Guerra chegavam famílias numerosas. Não era somente um núcleo básico composto pelo pai, mãe e filhos, mas a família dos primos, dos tios, dos avós, e ocupavam várias colocações próximas num mesmo seringal.

Os patrões os nomeavam pelo sobrenome: “os Guedes”, “os Rodrigues” etc. num indicativo do poder de barganha dos chefes dessas famílias junto ao mesmo. Essa foi uma das alterações importantes nas relações de trabalho que ocorreu no passado. Assim se estabelecia uma relação de compadrio entre essas famílias e o patrão, aumentando ou diminuindo os favores pessoais e os laços de dependência. Um ex-patrão afirmou, em entrevista²⁰, que o segredo para controlar essas famílias era conquistar o chefe ou o pai.

As colocações que ficavam desabitadas iam sendo incorporadas, pelos vizinhos, através das estradas de seringa. Dessa forma, uma colocação, que possuía seis estradas, passou a nove ou doze estradas – o equivalente, respectivamente, as aproximadamente 900 e 1.200 hectares. Assim, a chegada de um parente ou o futuro dos filhos estaria garantido.

O fracionamento acontece com o casamento dos filhos, cujos direitos são iguais e independentes de idade, sexo, sucessão ou casamento. O pai, geralmente, divide as estradas de seringas doando, para que se caracterize como colocação conforme previsto no Plano de Uso, duas para cada filho. Entretanto, existem colocações fracionadas em cinco ou até mais unidades. Observei casos extremos onde duas estradas foram divididas em quatro, sob o argumento de que eram grandes, com muitas árvores. Da mesma forma, existe colocação com uma estrada e meia.

Além do fracionamento, constata-se também o surgimento da figura do agregado: um parente que fica morando na casa de outro parente porque não tem mais como dividir a colocação nem tampouco onde morar.

Dados de campo demonstram que a estrutura fundiária se modifica à medida que uma colocação em média possuía 200 hectares correspondendo a duas estradas, agora possui apenas uma ou 100 hectares. Favorecem estas alterações as necessidades de plantios com agricultura, e principalmente, a criação de animais e a pecuária, que vem crescendo de forma acelerada nessas áreas, especialmente em função do crédito.

Em cada unidade de produção existe, no mínimo, um roçado que mede de um a três hectares, duas capoeiras (área que foi roçado e está em descanso e cuja tendência é ser transformada em pasto) com dois hectares cada. O pasto, por sua vez, tem sua área variando entre cinco e 50 hectares.

clientelística. LANDÉ, Carl. “Political clientelism in political studies. Retrospect and prospects”. In: *International Political Science Review*, vol. 4, n.º 4, 1983.

²⁰ Entrevistas realizadas com ex-patrões no período entre 1990 e 1994. Nos relatos, foram mencionadas várias estratégias de convivência entre trabalhadores e patrões. Dentre essas é possível enumerar várias manifestações de sedução, tanto pelos patrões, como pelos trabalhadores. O apadrinhamento e o favor tomaram formas distintas de relações que não cabem neste trabalho. Cf. ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *op. cit.*

Num trabalho de campo – que exigiu dedicação e auxílio de outros equipamentos, tais como GPS, leitura de coordenadas, bem como o apoio de outros pesquisadores – foi realizado um levantamento total das colocações para se obter as seguintes informações: tamanho de pastos, roçados e capoeiras. No caso do PAE Chico Mendes ou Cachoeira, com 29.532 hectares, constatou-se que o fracionamento atingiu 27% da área; e aumentou a área de pastagem em detrimento das capoeiras (que teve sua área reduzida em 73,5 %). O crescimento do rebanho bovino foi de 73,5% e a área desmatada foi de 54,5%. Esse crescimento do rebanho bovino, considerando a redução das capoeiras, é proporcional ao índice de desmatamento.

Dessa forma, constata-se que mesmo as áreas de assentamentos agroextrativistas estão passando por alterações estruturais que têm na manutenção da unidade familiar seus fatores determinantes.

O Estado e o processo de racionalização dos recursos naturais

As contradições e exigências deste processo de transformação social em curso estão evidenciadas em condições concretas, mas determinadas a partir das instâncias e instituições formadoras da “nova” ordem. As lideranças, ao aceitarem a estratégia de implantar as Reservas Extrativistas como unidades de preservação ambiental, no âmbito administrativo do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), e ao racionalizar o uso dos recursos naturais, através do Plano de Utilização, não tinham consciência das limitações do que seria viver numa área de Preservação Ambiental.

Ao reconhecer as Reservas Extrativistas como área de interesse social e ecológico (Decreto n.98.897 de 30.01.1990) e transferi-las para a gestão da esfera ambiental se instituiu organicamente dentro do IBAMA, uma unidade de apoio específica, destina à gestão destas áreas que proliferaram em todo o país, o CNPt (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), concentrando na sua própria sigla a diversidade de trabalhadores que até então conformavam grupos específicos que habitam a floresta, como índios, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, caucheiros, açazeiros, babaçueiros, etc. Categorias que adquiriram identidade políticas no processo de construção da unidade dos “Povos da Floresta”, por ocasião do II Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta.

Ao serem incorporadas sob a denominação de “populações tradicionais”, toda a diversidade e a identidade política de “Povos da Floresta” são substituídas e desprovidas de significado. Entretanto, os trabalhadores nunca se autodenominam de “populações tradicionais”, terminologia que se adequou ao processo de centralização do Estado. Esse processo esvaziou instituições políticas anteriores, como o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o próprio sindicato, embora não se possa atribuir somente ao Estado os acontecimentos que provocam esse esvaziamento.

O CNPt é o órgão descentralizado do IBAMA, cuja finalidade é “promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas populações tradicionais [...]” (Uma Agenda Humana para a Conservação Ambiental – CNPt/IBAMA). De forma direta, as populações seringueiras passam a ser administradas por um órgão que, a princípio, não se coloca como formulador de políticas públicas, mas de gestor das atividades demandadas e em execução, complementando sua atuação no âmbito do IBAMA através da legislação ambiental. A atuação deste órgão estatal vem sendo direcionada para três linhas de trabalho: a) Organização social e capacitação das populações tradicionais; b) Gestão participativa dos recursos naturais; e c) Incremento de alternativas econômicas sustentáveis que diminuam a pressão sobre os recursos naturais.

O estudo mais aprofundado sobre o papel do Estado na RESEX Chico Mendes, que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudo sobre Sociedade e Meio Ambiente, deverá analisar o significado dos “técnicos do Estado”, substituindo e controlando esses trabalhadores, sobretudo através da organização social, anteriormente, função política do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Para este ensaio, limito-me a demonstrar as mudanças ocorridas, através da instrumentalização necessária para que se efetivasse no âmbito do Estado, o controle e a racionalização dos recursos naturais: O Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes.

O “Plano de Uso ou Estatuto da Reserva”, como é qualificado pelos moradores, começou a ser discutido com as “comunidades” em 1992, coordenado pelas instituições de representação política dos seringueiros, sindicatos (STRs) e Conselho Nacional (CNS). Entre os conflitos e as formas possíveis de estruturação das condutas, os trabalhadores participantes das discussões manifestavam preocupações relacionadas às formas atuais de reprodução, tanto econômica como social, com importância relevante para a preservação da unidade de produção familiar.

Diferenças que marcam um tempo anterior à presença do Estado podem ser percebidas quando da elaboração do primeiro Plano de Uso (1992) e o Plano vigente, publicado no Diário Oficial da União em 1995. Estas podem ser mencionadas através da comparação entre o registro dos documentos constantes nos arquivos do CNS e as atas dessas reuniões. Os problemas mencionados, segundo os seringueiros, eram ocasionados por fatores externos; foram os grandes desmatamentos ocorridos nas áreas em torno da RESEX que impactaram, no seu interior, afastando e exterminando os animais, prejudicando os leitões dos rios e igarapés e reduzindo, conseqüentemente, a quantidade de peixes.

A questão em pauta sobre a escassez da fauna, sobretudo dos animais que conformavam o hábito alimentar dessas “comunidades”, como veado, tatu, capivara, macaco, paca e jabuti, além de outras já extintas, traduzia uma demanda alimentar da própria comunidade. A problemática não parecia de fácil solução, uma vez que a RESEX passava a se constituir numa área cercada por fazendas, projetos de colonização, estradas e a fronteira com a Bolívia.

A proposta definia alguns encaminhamentos como a criação em cativeiro de animais, cuja carne seria para consumo e comercialização. Animais em extinção não seriam caçados, nem era permitido caçar com cachorros, pois na explicação dos moradores, estes “espantavam a caça para longe”. Esta última proposta causou grande polêmica e dividia os participantes em torno da proibição, que implicava a suspensão imediata de uma prática quase secular. Não existe colocação sem cachorros. Além do “companheiro” que percorre as estradas de seringa com o trabalhador, ele também o protege e “acua a caça”, indicando o local onde está o animal, impedindo sua fuga. Tal medida significaria a redução da “mistura” na alimentação. Com efeito, ainda hoje, o problema permanece sendo motivo de conflitos, pois muitos moradores continuam criando cachorros.

O uso do espaço e dos limites das colocações é atingido de forma a restringir a unidade de produção, alterando as regras de convivência. Antes do Plano de Utilização não existiam “cercas” nas colocações. Os animais eram criados livremente e fugas eram motivos para uma “prosa” ou desacordos que se resolviam entre os moradores. Com o “Estatuto”, os conflitos relativos aos limites entre “colocações” são de responsabilidade dos fiscais da RESEX.

Fica evidente que as preocupações eram quanto às condições de reprodução econômica da família. Roçados, pastos e o tamanho da colocação, que implica o total mínimo de três estradas de seringa, estavam no centro dos conflitos. Com as proibições sobre o percentual da área a ser desmatada, aumentava entre a população o receio de que não seria possível “abrir novos roçados”, criar bois ou, que a área permitida para tais atividades fosse muito reduzida.

As determinações que prevaleceram para a última versão do Plano de Utilização, item 6, pág.24 foram: a) Os roçados e pastos poderão ocupar até 10 % da área da colocação, b) “[...] cada família só poderá ter uma colocação e será considerada colocação uma unidade, com o mínimo de duas estradas de seringa; c) É proibido, a partir da homologação deste documento, usar estradas de outras colocações. As estradas devem pertencer às respectivas colocações” (Plano de Utilização, item 6, p. 24). Estas determinações não levam em consideração os conflitos mencionados, relativos às condições necessárias para a manutenção da estrutura familiar nos antigos seringais. Antes

do “Estatuto”, um filho se casava e ia morar próximo da família, na mesma colocação ou na mais próxima, garantindo não somente a manutenção das formas de convivência, mas a mão-de-obra familiar. Tal interdição provocou um processo de fracionamento nas colocações atuais, onde cada filho que casa e fica na colocação tem o direito de duas estradas de seringa, o que não garante a reprodução da unidade familiar com a produção da borracha e estes, obrigatoriamente, passam a diversificar a produção.

Tais formas, que moldam comportamentos a partir da racionalização dos recursos naturais, recoloca em discussão o caráter multifacetado do Estado, entendido como um campo de construção e de institucionalização de disputas em termos do controle de recursos e direcionamento de processos e de posições sociais. O CNPt, ao sistematizar tais polêmicas, redefiniu relações nos seringais, sobretudo a relação do homem com a natureza e com o Estado, antes onipresente para esses trabalhadores. Elaborou sobre situações conflituosas, a partir de sua lógica, retirando dos seringueiros o controle dos recursos naturais, inclusive da posse da terra, também prevista no “Estatuto”, conforme Art. 4º parágrafo 1º (O direito real de uso será concedido a título gratuito), e parágrafo 2º (O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA e conterà cláusulas de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão “intervivos”).

Considerações finais

A reunião no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília, revelou situações que elucidaram não somente a hierarquização dos espaços, como também “o estranhamento” entre os assentados e os “migrantes/convidados”. A partir de então tornou-se perceptível um processo de alienação de si e dos espaços definidos na luta pela terra, onde ninguém se reconhece como igual.

O estranhamento que produz a visão do outro, neste caso, reforça a condição de “migrante”, agora não mais imposta por fazendeiros e madeireiros, mas pelos próprios trabalhadores, que há apenas trinta anos atrás compartilhavam o mesmo espaço e as mesmas privações impostas pelos patrões-seringalistas. Os trabalhadores seringueiros da RESEX, representados pelas lideranças, ao negar a possibilidade de assentar tais famílias mantêm a condição de provisoriedade, categoria básica para o entendimento da condição de migrante, como estudou Sayad²¹. Provisoriedade mantida pela “ilusão”, neste caso, não somente de três parceiros, a saber: a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e “os próprios emigrantes/imigrados”, mas também dos trabalhadores seringueiros guardiães da floresta, agentes do desenvolvimento sustentável na região.

Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do Outro, daquele que ainda não se confunde conosco, nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do Nós, no sentido que Hall²¹ define a diáspora, que se apóia sobre uma concepção binária de diferença. Esta fundada sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção do Outro e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Na ampliação deste trabalho menciono ainda o viver nos limites como condições da vida subterrânea, não somente nessa fronteira, mas na própria periferia das cidades do Acre, idéia que desenvolvo a partir das ambigüidades que daí se originam. Como enfatiza Martins²², demonstrando que a fronteira não se reduz a limites geográficos: Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), do espaço, de culturas e visões de mundo, de etnias, da História e da historicidade do homem. É, sobretudo, fronteira do humano.

Foi um choque constatar que atravessando um pequeno rio com dez metros de largura (Chipamano) ou apenas um ramal (Brasil-Bolívia) estaria diante de situações onde o ser humano está no seu limite histórico. Foi diante das múltiplas e fragmentadas realidades da fronteira que me deparei claramente com as dificuldades do que é fazer História, a história

²¹ SAYAD, Abdelmalek. A Imigração. São Paulo. EDUSP. 1991.

das ações que superam necessidades, transformam as relações sociais e criam a humanidade do Homem.

A diversidade de situações que se entrecruzam somente podem ser percebidas através dos contextos que recobrem as diferentes linguagens. A multiplicidade de experiências que caracterizam as famílias estudadas é um dos aspectos conflitantes para o pesquisador, mas ao mesmo tempo enriquecedor por permitir traçar comportamentos comuns e contraditórios. Nesse sentido, o contexto é também uma referência histórica, além de organizador das relações sociais.

Percebi que os espaços são definidos pelas “fronteiras humanas”, pois os assentados também estão no “limite” da sua condição, são estes indicativos da permanência ou não de uma posição ou de construção de identidades. O modelo de desenvolvimento sustentável, que se inclui a Reserva Extrativista e os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, é excludente pela definição que o recorta - os recursos naturais -, e molda comportamentos. A posição dos seringueiros assentados é constantemente ameaçada, não somente pelos madeireiros ou fazendeiros, mas a estrutura fundiária definida para estas áreas não poderá resistir ao fracionamento, as pressões externas que avançam, através do manejo madeireiro, das fazendas e das estradas que circundam tais delimitações.

A forma de organização baseada no parentesco seja consanguíneo, religioso ou vizinhança provoca rupturas, sobretudo nas instancias de deliberações coletivas, como sindicatos, cooperativas, dentre outras e, desse modo, “ameaçam” também, a legitimidade das lideranças, cujas famílias concentram o poder de decisão. Surgem outras associações como forma de questionamento. Por outro lado, o Plano de Uso não contempla um dos problemas centrais, a relação do homem com a floresta a partir da organização familiar.

Percebi, igualmente, que uma problemática sociológica é apenas uma noção que serve para iniciar um trabalho, pois ao se privilegiar os trabalhadores que vivem escondidos embaixo das grandes árvores, os limites de suas ações extrapolam, não somente as problemáticas definidas pelo pesquisador como as do próprio contexto. A noção de contexto torna-se subjetiva. Talvez pela imposição, as práticas sociais tornam-se imprevisíveis, pois estas ocorrem nos limites entre os encontros e os desencontros.

Bibliografia

ACRE. Plano de utilização da reserva extrativista Chico Mendes. Brasília: IBAMA, 1995. Anexo 1, item 6.

ACRE. Relatório socioeconômico da reserva extrativista Chico Mendes. CNS/Rio Branco: 1992.

ACRE. Relatório socioeconômico da reserva estadual do Antimari. Rio Branco/FUNTAC: 2002.

ACRE. Relatório socioeconômico da gleba Mary e Floresta. CNS/Rio Branco: 2001.

ALBUQUERQUE, G. R. de. São Paulo, 2001. Espaço, cultura, trabalho e violência no Vale do Juruá – Acre. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

_____. Natureza, cultura, poder e violência no Vale do Juruá – Acre. In: Projeto História, n.º 23. São Paulo: EDUC, s/d.

ALMEIDA, A. W. B. Continentalização dos conflitos e transformação na geopolítica das fronteiras. In: A questão agrária extrapola fronteiras, ABRA, nº 03, vol. 23, Setembro-Dezembro, 1993.

_____. A exportação as tensões sociais na Amazônia: brasivianos, brasuelanos e brajolas. Identidades construídas no conflito. In: Revista Travessia. Janeiro-Abril, 1995.

- ANTONACCI, M. A. M. Atravesando el Atlântico: españolas em São Paulo. In: Historia Antropologia y Fuentes Orales, n.º 28, 3.ª Época – Escenarios Migratórios, 2002.
- _____. Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e natureza. In: Projeto História, n.º 18, São Paulo: EDUC, 1999.
- BEAUD, S. “Un ouvrier fils d’immigrés, “pris” dans la crise: rupture biographique et configuration familiale”. Trajectoires. Genèses. Sciences Sociales et Histoire, 24. Paris: Editions Belin, 1996.
- BHABHA, H. K. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BILAC, E. D. Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. O desencantamento do mundo. São Paulo: Melhoramentos, 1979.
- _____. Célibat et condition paysanne. In: Études Rurales, n.º 5-6, 1962
- BRASIL/BOLÍVIA. Centro de Estudos e de Pastoral do Imigrante (CEPEMI). Realidade dos seringueiros brasileiros na Bolívia. Ji-paraná/Rondônia: Vicariato de Pando (BO)/Diocese de Rio Branco (AC), 1991.
- CANCLINI, N. G. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CASTRO, M. G. Latinos nos Estados Unidos – Unindo Américas, fazendo a América de lá ou perdendo a nossa América? In: Revista Travessia. Setembro-Dezembro, 1991.
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- _____. The theory of peasant economy. Illinois: American Economic Association, 1966.
- DE CERTEAU, M. A cultura no plural. Campinas: Papyrus, 2003.
- D’INCAO e MELO, M. C. O. Bóia-fria: acumulação e miséria. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- DUBAR, C. Trajectoires sociales et formes identitaires: clarifications conceptuelles et methodologiques. Trajectoires cheminentes. Societes Contemporaines. n.º 29, Paris: L’Harmattan, 1998.
- DUBAR, C.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ESTEVES, B. M. G. Rio de Janeiro, 1999. Do Manso ao Guardião da Floresta. Um estudo sobre mudança social, a partir da Reserva Extrativista Chico Mendes. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA.
- _____. O deslocamento do fazer político na reserva extrativista Chico Mendes. In: Projeto História, n.º 23. São Paulo: EDUC, s/d.
- FANON, F. Los condenados de la tierra. Fondo de Cultura Económica. México (DF): 2001.
- GIDDENS, A. The consequences of modernity. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GODELIER, M. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, s/d.
- _____. Produção, parentesco e ideologia. In: CARVALHO, Edgard de Assiz (org). Godelier. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

- HALBWACHS, M. Lês cadres sociaux de la mémoire. Paris: 1925
- HALL, M. Italianos em São Paulo (1880-1920). Anais do Museu Paulista, n.º 29, 1979.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 4.ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. Da diáspora (identidades e mediações culturais). Belo Horizonte: UFMG/ UNESCO, 2003.
- _____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: VOZES, 2000.
- _____. Fantasy, identity, politics. In: CARTER, E., DONALD, J. & SQUITES, J. (orgs.). Cultural remix: theories of politics and the popular. Londres: Lawrence & Wishart, 1995.
- HOGGART, R. As utilizações da cultura. Aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Vol .1. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- LANDÉ, C. Political clientelism in political studies. Retrospect and prospects. In: International Political Science Review, vol. 4, n.º4, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. São Paulo/Petrópolis: EDUSP/Vozes, 1976.
- MARTINS, J. S. Antropofagia e barroco na cultura latino-americana. In: A chegada do estrangeiro. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MEDEIROS, L. S.; e LEITE, S. P. A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: UFRS, 1999.
- NEVES, D. P. Reforma agrária: assentamentos rurais em migalhas. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.
- _____. Diferenciação socioeconômica do campesinato. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez Editora/ANPOCS, 1985.
- _____. Engenho e arte: estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria na região açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1988.
- SANTOS, J. V. T. Matuchos: exclusão e luta. Do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1991.
- SINGER, P. Os novos nômades. In: Movimento, n.º 18, 3 de novembro de 1975, São Paulo.
- SPRANDEL, M. An. Brasiguaios: os camponeses e as regras do jogo político nas fronteiras do Cone Sul. In: Revista Travessia. Setembro-Dezembro, 1991.
- THOMPSON, P. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, São Paulo: HUCITEC, 1993.
- WEIL, S. (org.) A condição operária e outros estudos sobre a opressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

WOLFF, C. S. A construção da sustentabilidade nos seringais em crise: uma questão de gênero. Alto Juruá, Acre/Brasil: 1912-1943. In: Projeto História. n.º 23, São Paulo: EDUC, 2001.

WOORTMANN, E. F. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Ed. UNB, 1995.